

A CRISE INTERNACIONAL E AS RELAÇÕES BRASIL-UNIÃO EUROPEIA¹

Renato G. Flôres Jr.

1. INTRODUÇÃO

Anunciada bem antes de 2008, a crise financeira internacional, que teve um pico exatamente nesse ano e em 2009, continuou a ter desdobramentos, atingindo de forma dura e visível a União Europeia (UE). A imprensa de língua inglesa, sempre irônica e um pouco dúbia quando trata das questões da União, cunhou o depreciativo acrônimo *pigs*, formado pelas iniciais dos nomes em inglês de Portugal, Irlanda, Grécia e Espanha, para designar as quatro economias fortemente afetadas pela falta de liquidez que desde 2010 varre a Europa. Se a Grécia continua a ser a situação mais dramática, não se pode afirmar que só os quatro em pauta requeiram atenção, a própria França e a Itália – principalmente esta última – vivem situações próximas ao perigo, enquanto outros membros da UE, mesmo os fora da zona do euro, enfrentam recessões e dificuldades várias para sustentar um crescimento minimamente razoável².

1 Agradeço aos amigos da KAS o convite para elaborar esse artigo, bem como a Carlos Ivan Simonsen Leal por um continuado diálogo sobre diversos temas aqui tratados. Consciente de que muitos erros e imperfeições ainda existem, só posso dizer que são todos de minha inteira responsabilidade, não comprometendo a ninguém mais, ou a qualquer instituição a que possa ser associado.

3 O Reino Unido, certamente a economia mais emblemática não adepta do euro, cresceu 0,2% no primeiro trimestre desse ano, sendo de 0,8% a atual previsão para 2012.



O objetivo deste capítulo não é analisar a evolução da crise no âmbito da UE, elaborando análises e extraindo conclusões e até, pretensiosamente, receitas para uma questão tão complexa e que adquire diferentes matizes segundo cada país membro. Em outro trabalho, Flôres (2011b), parte de um projeto em curso na Academia de Ciências de Lisboa, argumento que a crise está longe de terminar, possuindo causas, significados e consequências mais profundas do que possa parecer, ao se contemplá-la sob a ótica restrita de um gargalo de liquidez no sistema financeiro internacional. É a combinação desse movimento mais amplo e profundo com problemas que persistiam, mais ou menos adormecidos, no projeto europeu, que leva à situação atualmente vivida pela Europa.

Dentro dessa perspectiva, procuro aqui identificar temas sobre os quais os dois lados poderiam manter um debate efetivo, sem deixar que a preocupação primordial de resolver os graves impasses internos perturbem progressos e realizações concretas. Ademais, se a UE deverá, por um bom número de anos, permanecer profundamente envolvida em seus assuntos domésticos, o Brasil, por seu turno, ainda tem um longo caminho a percorrer. Da conclusão da bem sucedida luta pela erradicação da pobreza, a necessários, senão quase urgentes, aprimoramentos no sistema educacional, na infraestrutura – praticamente em todos os seus aspectos – e na busca de uma inovação crescente em diversos setores da sua economia, o país estará também bastante voltado para políticas de cunho nacional, focadas na solução de tantos e portentosos problemas.

A estrutura do texto é a seguinte. Antes de entrar no assunto específico do título, algumas considerações preliminares se impõem; sinto-me assim forçado, na seção 2, a tecer algumas considerações sobre os últimos tempos do projeto europeu, visando melhor situar as dificuldades que rondam as propostas apresentadas. Essas são o objeto da seção 3, embora na seguinte ainda comente duas outras, que me parecem incontornáveis. A seção 5 faz um exercício de previsão a curto-médio prazo, de modo a não levantar esperanças infundadas; as conclusões seguindo após, no mesmo tom.

Se a situação é complexa e dependente de múltiplos eventos para alcançar algum sucesso, não há também razão para se abandonar o otimismo, dado o sentido globalmente positivo que as inevitáveis mudanças poderão ter.





2. O IMPACTO DOS RECENTES DESENVOLVIMENTOS DO PROJETO EUROPEU: UMA VISÃO PESSOAL

O projeto europeu sofre uma inflexão com o alargamento de 2004, onde dez novos membros são admitidos, Flôres (2009). Ainda que economias de pequeno porte, como Malta e Chipre, façam parte desse conjunto, a simples maior diversidade representada por uma UE a 25 membros é fato considerável. A governança de uma união com um grupo tão numeroso e variado de países não é tarefa fácil sob nenhuma hipótese ou circunstância. Acresce que o alargamento – seguido logo após por mais duas absorções – foi fortemente ditado por considerações geoestratégicas³, não forçosamente dentro do espírito do projeto, em sua concepção mais pura.

Ao mesmo tempo, dois anos antes (2002), o euro – adotado oficialmente em 1999 como moeda única, por 11 países – passa de fato a circular, com suas moedas e cédulas, no espaço da união monetária. Em ritmo quase forçosamente semelhante ao dos alargamentos, a zona euro foi se expandindo, chegando hoje ao efetivo de 17 integrantes⁴.

O impasse criado pela “questão turca” a essa diástole incessante, que já claramente sobrecarregava o frágil coração da excessivamente burocratizada Bruxelas⁵, é demonstração significativa do conflito entre as ambições geoestratégicas e a concepção do projeto mais próxima à dos fundadores e à que, mesmo se vagamente, os cidadãos “originais” têm de “sua Europa”.

Pelo lado da união monetária – extremamente imperfeita e perigosa pois, *malgré* Maastricht e seus critérios sucessivamente violados e adaptados, efetivada sem integração plena fiscal e orçamentária –, a combinação das expansões exacerbadas em 2002-2004 com a reversão iniciada em 2008 torna inevitável que as economias com *gestão macroeconômica interna* mais sadia, e parque produtivo mais competitivo, exerçam inquestionável liderança, além de exaurir benefícios de sua melhor situação econômica.

4 Agravadas emocionalmente por episódios profundamente traumáticos na própria Europa ou em seu maior parceiro, como a Guerra do Kosovo (1998-1999) e o 11 de setembro de 2001 nos EUA, entre outros.

5 Junto aos 12, e não 11, que finalmente o adotam em 2002 (dentre os 15 à época, apenas o Reino Unido e os dois escandinavos ficaram de fora), somam-se, posteriormente, Eslovênia (2007), Chipre e Malta (2008), Eslováquia (2009) e Estônia (2011).



A minha intenção nessa seção não é analisar, nem muito menos criticar, esses desenvolvimentos. Devem eles ser mencionados porque, no momento em que a crise explode com fragor no seio da União, colocam condições de contorno sérias ao diálogo com países fora do projeto. Tomando-se o caso do Brasil, e considerando-se em abstrato diálogos possíveis, como efetivá-los junto à UE se:

- i) Bruxelas continua a digerir a absorção dos seus 27 atores – após extrair a duras penas, ao final de 2009, o Tratado de Lisboa – ao mesmo tempo em que não consegue, ou não quer, ou não tem apoio político para sustentar a dinâmica de novos alargamentos? Em que pese o interesse que um mercado europeu unido e cada vez maior sempre despertará, o custo de relacionamento com essa heterogeneidade, a diferentes compassos e visões, e respectivas falhas de coordenação, é fator de desalento a diversas iniciativas.
- ii) na zona do euro, a onda que atinge os *pigs*, se propaga pela Itália e ameaça, pelo menos, a França, os Países Baixos e a Hungria⁶, gera uma paralisia de atitudes e capacidade negociadora com parceiros externos?

A consequência dos dois condicionantes acima é a busca por um diálogo fortemente ancorado em países, não no bloco, tentando, em princípio, contornar seja a indiferença, seja a confusão advinda de Bruxelas. Esse movimento também é visível da parte dos próprios membros, sendo notório, há pelo menos dois anos, um maior ativismo dos mesmos, no sentido de resgatar acordos e parcerias que possam ser conduzidas por vias estritamente bilaterais.

A existência de uma recessão quase generalizada, ou tímidos crescimentos, no âmbito da União engendra naturalmente uma queda nos fluxos de

6 Tanto em normas e procedimentos, como em “euro-funcionários”...

7 Não custa lembrar que 13,4% dos franceses já vivem abaixo da linha da pobreza. O Gabinete do Primeiro-Ministro Mark Rutte (VVD) acaba de renunciar, derrotado pela impopularidade das medidas recessivas a serem aprovadas, exigidas por Bruxelas aos Países Baixos. Quanto à Hungria, já classificada de “lixo” pelas agências de rating, após conflitos com Bruxelas desde o final do ano passado, deverá finalmente receber ajuda da UE e, muito possivelmente, recorrer ao FMI; todas as previsões apontam que entrará em recessão este ano.



comércio e investimento, dificultando também o diálogo nessas esferas. Embora não só a UE possa ser acusada de um recente retorno ao protecionismo, o clima e atitudes reinantes nessa área só fazem agravar o efeito das duas questões acima.

Pensar em cooperações junto a terceiros países e organizações – como o exageradamente louvado G20 – ficou bem mais complicado. É difícil, para Bruxelas, separar os prementes interesses internos das suas posições internacionais a curto-médio prazo, apesar de uma retórica que nega muitas vezes essa realidade.

A ânsia em colocar a Sra. Lagarde no FMI, após o episódio Strauss-Kahn, e todo o relacionamento posterior UE-FMI, é um dos exemplos a proporcionar uma leitura nessa (quicá inevitável) direção; a atuação menos enfática, ainda que sempre presente, no tema ambiental e das mudanças climáticas, outro. Será improvável, embora não impossível, contar com a UE em diversas questões maiores de interesse brasileiro.

A prosseguir nesta linha, termina-se por concluir que, em médio prazo, a UE seria “carta fora do jogo”, devendo uma potência emergente como o Brasil lhe dispensar baixa prioridade. Este capítulo estaria encerrado aqui.

Entretanto, além do argumento de que, mesmo sob um cenário tão adverso, é possível encontrar caminhos para diálogos proveitosos – o que tentarei demonstrar na próxima seção –, há algo mais. Somente os ignorantes da história e profunda realidade europeias podem crer que a Europa “terminará”, ou permanecerá indefinidamente como região de baixa prioridade no contexto mundial. Emergirá da presente situação revigorada, ainda que distinta.

Foge ao propósito desse ensaio especular sobre os aspectos a serem assumidos pela UE após os atuais tempos difíceis. Em Flôres (2004), discutindo a forma originalmente consolidada pelo projeto europeu, usei analogia inspirada em conceitos de uma das principais escolas de porcelana chinesa. O vaso, para essa escola, é o espaço delimitado pelo que chamamos “vaso”, resultante possível e único das imensas tensões que ocorrem no interior do forno e que, em um jogo singular de forças externas e internas, determinam a disposição que o material a elas submetido termina por adquirir. Analogamente, dos fortes condicionantes externos enfrentados hoje pela União, e dos movimentos desagregadores internos em curso, o projeto europeu assumirá uma nova *Gestalt*. Conterá ela uma União e concomitante euro-zona segundo, mui provavelmente, novos arranjos; quicá menos ambiciosa, mas certamente apta a tri-



lhar caminhos futuros, sem desviar grandemente da ideia *mater* de um continente europeu unido.

O único problema é: quando?

3. O QUE PODE SER FEITO? EM BUSCA DE PONTOS COMUNS

O que seria possível encontrar como canais a serem explorados no atual contexto? Acredito que deva ser feita uma primeira diferenciação, separando-se atividades “bilaterais” Brasil-UE, de outras, fora de interesses recíprocos afetos a questões e necessidades internas, em que os dois blocos poderiam atuar coordenados no plano externo.

3.1. No contexto de trocas e atividades recíprocas, de impacto interno

Sob uma ótica mercantilista, se uma determinada economia está em recessão, esse seria o momento de fazer investimentos no país, além de adquirir ativos que estariam depreciados. A Europa continua a ser – fora dos EUA e apesar do contínuo *upgrading* tecnológico dos produtos asiáticos – o maior centro de tecnologias de ponta e *design*, além de significativa fonte de geração de saberes e inovações.

O primeiro movimento, que deveria ser objeto de uma cuidadosa estratégia por parte do Brasil, seria incrementar significativamente o diálogo com vistas ao intercâmbio, transferência e aquisição pura e simples de tecnologia. O Brasil tem profundas e variadas necessidades nessa área e o momento é propício para estreitar laços frutíferos com o *know how* europeu em diversos domínios de processos e projetos, em manufaturados de ponta, ciência dos materiais, subsetores da galáxia química, fármacos, alimentos, grandes obras e construções.

Esse esforço, como dito, pode dar-se mediante transferências e *spillovers* advindos da aquisição de produtos ou implantações fabris em nosso território, pela compra e cessões de direitos sobre processos e técnicas, por acordos mutuamente benéficos e, há que dizê-lo, pela importação de mão de obra. Em um movimento cíclico, repetir-se-ia em menor escala e visando níveis educacionais superiores, o ocorrido no século XIX e início do XX, com o fluxo migratório da Europa para o Brasil superando aquele no sentido inverso.





Usando uma imagem institucional, mais do que o Itamaraty, os Ministérios da Indústria, Comércio e Desenvolvimento, e da Ciência e Tecnologia devem tomar a dianteira das iniciativas. Além do mais, o assunto permite uma interessante flexibilidade negociadora, explorando-se, conforme o caso, a dimensão nacional ou a comunitária. Na primeira, vale lembrar que o Brasil possui um exemplar acordo de transferência de tecnologia com o Canadá⁷, sendo interessante averiguar o sentido de reproduzi-lo com membros específicos da União.

Ao lado dos processos e técnicas, há o importante aspecto do *design*, encontrado em elevado nível de desenvolvimento no Reino Unido, na Itália, na Bélgica, nos escandinavos e – em determinadas especialidades – na Espanha. Em uma economia com alta necessidade de combinações inovadoras e grandes empreendimentos, onde o custo, controle e boa conclusão dos trabalhos são elementos absolutamente essenciais, ao lado das boas práticas de montagem e gestão de projetos, o *design* preciso, bem feito e embasado em sólidos princípios e metodologias desempenha papel fundamental. Um esforço maciço de formação nas escolas de ponta europeias, combinado com intercâmbios e aquisições em áreas industriais e de serviços estratégicas para a economia, poderia ocasionar, em menos de dez anos, uma revolução em nossas competências⁸.

A segunda dimensão da ótica mercantilista seria a área de investimentos cruzados e aquisições. Há, sem dúvida, interessantes oportunidades de investimento e aquisições no território da UE. Entretanto, essas questões se revestem de uma complexidade maior. O rumo do desenvolvimento das multinacionais brasileiras tem sido mais na direção dos mercados sul-americanos vizinhos e asiáticos do que nos da velha Europa. Sem excluir interesses especiais, que certamente existirão, torna-se mais difícil vislumbrar uma estratégia de maior amplitude, com o envolvimento de negociações oficiais.

Por fim, há o que aprender com Bruxelas. Se criticar é sempre mais fácil, e a sua retórica pode facilmente levar a excessos, o ato de encontrar iniciati-

8 Mais precisamente, o Acordo-Quadro para Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação, assinado em novembro de 2008 e entrado em vigor em 2010.

9 A China tem feito isso com o Reino Unido, sendo impressionante o número atual de estudantes chineses nos grandes centros e institutos de design britânicos (conforme conversa pessoal com Sir John Sorrell).



vas e estruturas louváveis deve ser mais atentamente cultivado nos tempos de crise⁹.

Uma das facetas mais interessantes do projeto europeu foi a criação de políticas comunitárias visando o aprofundamento (muitas vezes, antes de tudo, o próprio estabelecimento) da integração em setores específicos. Se entre elas figura a (para nós) malfadada Política Agrícola Comum, as políticas de transporte, energia e ambiental, por exemplo¹⁰, contém procedimentos e ideias extremamente interessantes, aplicáveis em um espaço federado e vasto como o Brasil. A iniciativa das redes transeuropeias de transporte, só para mencionar uma ilustração de vulto, guarda afinidades com objetivos do PAC, podendo dar subsídios conceituais e práticos aos seus projetos afins.

3.2. No contexto internacional

No plano internacional a prioridade de atuar, em tais instâncias, no sentido de encontrar ajudas e equacionamentos para a crise interna reduz substancialmente o ânimo para parcerias inovadoras ou, ao menos, mais ousadas. No próprio âmbito do já citado G20, a inegável reorientação da postura dos membros europeus testemunha esse fato. O arrefecimento do ímpeto do discurso ambiental europeu, e uma maior aproximação global da UE com o grande parceiro estadunidense, levaram o Brasil a uma postura comum com os BRICS, fora da esfera de concepções e argumentos europeus¹¹.

As sempre presentes questões de defesa e segurança não podem tampouco ser consideradas um fator de aproximação. Novamente a relação, ainda que nem clara nem simples, da OTAN com os EUA, as eternas inquietações da UE com o seu vizinho russo, e a sua política na África, não constituem avenidas de coordenada comunicação ou ação com o Brasil. Com respeito a esse último continente, muitas vezes se o aponta como potencial área de atuação conjunta. Entretanto, não só temos considerável *goodwill* com a quase totalidade dos países do continente, como a entrada nos mesmos junto a mãos

10 Como já lembravam, com muita propriedade, Montaigne (Essais, Livre II, 1580 [primeira aparição]) e seu injustiçadamente esquecido amigo Pierre Charron (De la Sagesse, 1601)

11 Para uma visão didática das diversas políticas europeias, vide, por exemplo, Porto e Flôres (2006).

12 Em que pese, após Copenhague, certa reaproximação em Durban (África do Sul), onde, grosso modo, o Brasil foi uma espécie de interlocutor entre os BRICS e a UE.



européias é vantagem discutível, tendo em vista o passado colonialista, totalmente diverso de nossa história com os povos africanos.

A perspectiva regional inclui área chave, representada pelo bloco asiático. Em que pese tentativas mais esclarecidas de forjar um relacionamento com a Ásia, nomeadamente a China, durante a gestão de Lord Mandelson à frente do *Directorate General of Trade* (DG Trade), de 2004-2008, a UE, apesar de suas fortes relações com diversas nações orientais, reluta em ter uma política melhor definida junto a essa importantíssima zona.

Não que o Brasil prime por uma estratégia asiática, mas, parte pelas forças econômicas – como demonstrado pelo papel comercial preponderante assumido pela China –, parte por movimentos táticos próprios –como a recente parceria assinada com a ASEAN¹² –, vimos claramente nos orientando para essa região do mundo. A Vale e a Petrobrás, junto à Embraer, são apenas exemplos notórios de um deslocamento que começa a chegar aos exportadores de menor porte.

Onde inserir iniciativas junto com a Europa nesse domínio? É difícil esboçar algo comum. Entretanto, na Alemanha, França e Reino Unido há um valiosíssimo acervo de conhecimentos sobre a região que não deveria ser menosprezado¹³. Iniciativas de melhor compreensão das múltiplas realidades asiáticas, com vistas ao delineamento de estratégias tanto de *soft power* como empresariais, poderiam – conforme o caso – ganhar consideravelmente com a agregação desse saber existente na Europa.

A existência de novos formatos de integração, como a Unasul e os BRICS, e de uma consciência de que o Mercosul deve, cada vez mais, buscar caminhos próprios de evolução, fora do outrora perseguido rumo de maior institucionalização *à la Bruxelles*, são dados que, por seu turno, afastam o Brasil de um diálogo com as instituições comunitárias. Diálogo que, até a uns dez anos atrás, era bastante ativo. Porém, a combinação da enorme experiência e diversos sucessos do *acquis communautaire*, com as contradições reveladas pela crise, fornece precioso material de reflexão que, ao lado das formas inovado-

13 Em novembro do ano passado (2011), o Chanceler Antonio Patriota assinou a adesão do Brasil ao Tratado de Amizade e Cooperação – TAC da ASEAN, tornando a Brasil a primeira nação latino-americana a estabelecer tal parceria.

14 Só para ficar no caso da Alemanha, e destacando apenas duas, dentre um vasto elenco de obras de enorme interesse, ainda que anteriores à decolagem da economia chinesa, menciono o perceptivo Grimm (1960) e o clássico e altamente didático Wiethof (1971).



ras acima mencionadas, abre espaço para criativo debate sobre rumos futuros das integrações regionais. Essa iniciativa, de cunho menos imediatista e mais acadêmico, poderia ser abraçada por instituições e *think tanks*, difícil sendo imaginar ocasião mais propícia e historicamente adequada para tal exercício.

Resta um ponto que vale explorar, ainda sob a ótica regional.

Brasil, África e boa parte da UE compartilham, junto com a costa leste dos EUA, o Oceano Atlântico. Os desenvolvimentos esboçados no Mar da China e que, provável e lentamente, deverão progressivamente recondicionar as grandes avenidas de tráfego marítimo no Oceano Índico, desde o Estreito de Hormuz e o Golfo Pérsico, Flôres (2010), repercutirão seguramente no Atlântico. Ademais, a semelhança geológica entre a costa brasileira e a ocidental africana prenuncia que o “mar de ligação” Brasil – Oeste da África tornar-se-á um espaço crucial, abundante em combustíveis fósseis e outros recursos marinhos.

Estabelecer um pensamento Atlântico, dentro dessas perspectivas futuras, englobando do econômico à segurança, sem esquecer traços culturais relevantes, é tarefa a ser iniciada já. O engajamento dos parceiros europeus respectivos só acrescentaria densidade e qualidade ao empreendimento¹⁴.

4. O VELHO E O NOVO EM DOIS TÓPICOS ADICIONAIS

É impossível redigir um texto como esse sem mencionar dois assuntos onde o velho e o novo se misturam de forma curiosa. O primeiro é um tema ainda novo, mas que, pela sua não conclusão e falta de verdadeiro progresso, arrisca tornar-se velho. O segundo é velho assunto que a crise europeia traz novamente à cena.

4.1. O novo recorrente, em vias de se tornar velho: o Acordo Mercosul-União Europeia

Com a tranquilidade de quem, desde a primeira hora, lutou por esse Acordo, Calfat and Flôres (2006), Flôres e Marconini (2003), não posso deixar de registrar, com veemência mesclada de tristeza, o estado e a maneira – por vezes próxima ao cinismo – como vem sendo tratada essa negociação. É evi-

15 Registra-se que algumas instituições já estão atentas a desenvolvimentos e estudos nessa linha, e a própria Comissão lançou chamada para um projeto sobre o tema.



dente que, para ambos os lados, o interesse dessa área de livre comércio diminuiu bastante, e não só pela crise, mas pelos diversos desdobramentos ocorridos na cena mundial, desde 2003/2005, quando ela deveria ter sido assinada. Sete anos depois, em outro palco, roteiro e atores, é bastante difícil reencenar e concluir peça que, de *commedia dell'arte* virou drama e, de drama, apático e intermitente seriado que a poucos espectadores mobiliza.

Vale ainda a pena firmar esse acordo? Sim, mas como peça política e criação de mais um canal para reaprofundar um diálogo comercial que está a diminuir a cada dia. Isso significa que a álgebra dos ganhos, sem ser esquecida, deve dar lugar à lógica dos fatos políticos necessários a revitalizar aspectos da relação entre os dois blocos.

É falso dizer que as negociações avançam e um acordo ambicioso é não só factível, como condição necessária à sua assinatura. Esse acordo ambicioso é inviável no presente momento e, enquanto a crise perdurar, inviável permanecerá. Um acordo limitado, contendo dois a três pares de concessões emblemáticas de cada lado, e arquitetura suficiente para satisfazer às condições da OMC, é possível mesmo nas condições atuais, e, com um pouco de empenho e vontade política, poderia ser assinado até o final de 2013.

Repito que tal solução interessa, e as razões são várias.

Primeiro, encerra uma empreitada que arrisca comprometer irremediavelmente a credibilidade negociadora de ambos os lados. Segundo, marca um avanço – mais ou menos tímido, longe do ideal talvez na direção de uma necessitada maior abertura comercial. Terceiro, abre novos caminhos para aprofundar diálogos, amparados agora no quadro já referendado, em áreas mais específicas (e, eventualmente, frutíferas). E, apenas para concluir, embora outras razões ainda existam, estabelece um fato político importante na atual conjuntura das relações mútuas.

4.2. Velha história em nova fórmula travestida: as políticas de austeridade para sair da crise

De 1980 a 1994 o Brasil viveu, sob a tutela direta ou indireta do FMI, período semelhante ao que muitos membros da União experimentam agora. Se os contextos são distintos – há nuances fundamentais e realidades divergentes –, um grupo de padrões comuns também pode ser depreendido. Sem entrar em maiores detalhes econômicos, o caminho que vem sendo imposto à

Grécia, à Espanha e a Portugal, apenas para citar casos contundentes, levará sim a um equacionamento, porém, como ocorreu no Brasil dos anos oitenta, somente após um, dois ou três quinquênios de recessão, atraso e repetidos sacrifícios de seus cidadãos. Esse é o cenário que se delineia atualmente, a menos que um influxo maciço e contínuo de fundos, em condições extremamente generosas, seja mantido.

Não estou aqui advogando panaceias, nem trazendo soluções de gabinete para a crise europeia. Muito menos querendo adentrar em debates complexos e fundamentais, como a forma que deverá assumir a Zona Euro, e se os seus atuais 17 membros permanecerão como tal daqui a dois anos. O ponto a fazer, dentro da perspectiva de vias de diálogo que norteia esse capítulo, é que a experiência passada brasileira pode conter lições ricas para os que hoje se encontram sob o jugo das ditas políticas de austeridade. A primeira delas sendo que tal caminho é o de talvez mais lento e doloroso percurso. Se nossos amigos do outro lado do Atlântico querem atentar para isso, é caso de opção pessoal.

5. PREVISÕES, POR QUE NÃO?

O viés do economista não resiste a esboçar, em meio ao elenco de opções apresentado anteriormente, uma previsão de curto prazo sobre como deverão, sob um prisma mais geral, se dar as relações entre o Brasil e a UE. Previsões podem ser encaradas de várias formas, uma delas seria a de erros estimulantes, que nos obrigariam a pensar em alternativas para evitá-las. Assim é que, gostaria, fossem encaradas as a seguir.

A dobra histórica atual é de introspecção.

Em meio a uma situação internacional de estagnação/recessão e importantes eleições a terem lugar no próximo ano e meio, as comunidades se viram para o seu interior, visando arrumar a casa tanto para evitar o pior, como para decolar antes e melhor do que os outros.

O Brasil, depois de oito anos de um governo carismático e de muitas realizações – se boas ou más, fuge ao argumento –, mantém a luta de dinamizar o seu ainda oscilante desempenho econômico, ao lado da consolidação das condições necessárias para que se converta, de fato, em exemplo universal de um novo modelo social. Sob esse aspecto, um velho conhecido dos teóricos do desenvolvimento, o efeito *trickle down*, ainda necessita ocorrer em diversas áreas. Sobretudo porque os grandes motores da economia, como os produto-

res/exportadores de *commodities*, constituem fortes oligopólios (ou mesmo, monopólios), sendo necessário um efeito de percolação dos ganhos até os segmentos inferiores da sociedade. Se a velocidade dessa percolação pode ser acelerada por uma política fiscal inteligente ou um seletivo grupo de programas de assistência direta – como vem sendo tentado –, uma gestão minimamente eficaz de tais políticas ou programas faz-se essencial, o que nem sempre é o caso. Ademais, sem grandes alterações no atual padrão tecnológico interno, o presente ‘boom’ das *commodities* necessitaria ainda durar algo como dez anos, para garantir a continuidade das tendências.

A UE necessita equacionar tanto os seus conflitos monetário-financeiros como de governança; tarefa que exigirá um sério exame de consciência sobre até onde se quer levar a ideia de uma “Europa unida” – dilema inevitavelmente recorrente, desde 1950¹⁵, dada a amplitude do projeto europeu. Os desdobramentos de uma tal decisão podem ser inúmeros e profundos: da elaboração de uma real Constituição, junto a um enobrecimento e modernização do método comunitário, até a um retrocesso à *l’anglaise*, com fortes delimitações ao escopo da entidade UE. Em Flôres (2011a), alertei que qualquer destes caminhos só será viável se o Parlamento assumir plenamente o papel – já, sem dúvida, reforçado pelo Tratado de Lisboa – que lhe é devido nesse estágio da construção europeia.

Ambos os elencos de problemas não incluem, seja do lado brasileiro ou do europeu, a possibilidade de ocorrência de uma crise pontual em alguma parte, que, devido ao jogo de forças no momento, teria grandes possibilidades de se alastrar, atingindo as duas regiões, particularmente a UE. Quadro catastrófico, facilmente levando a que nenhum entendimento seja obtido, e fator adicional de desestabilização e percalço à sustentabilidade dos modelos ora tentados.

As vias de relacionamento entre os dois cenários acima são escassas, pois eles não abrigam temas ou desafios comuns. Essas considerações reforçam a ideia contida nas propostas anteriormente esboçadas, de que os diálogos bilaterais em sentido estrito deverão permanecer como a alternativa viável a curto-médio prazo. A outra opção parece ser deixar tombar na irrelevância as relações entre o Brasil e o bloco.

16 Ano da famosa Declaração Schuman, apresentada pelo ministro (socialista) francês Robert Schuman aos 9 de maio, data que se tornou o “dia da Europa”.



6. CONCLUSÃO

Enquanto a UE passa por um necessário e histórico processo de digestão dos seus últimos quinze anos, tendo como pano de fundo ou gota d'água de muitos dos atuais problemas o colapso financeiro que a atingiu, o Brasil, com muito esforço e esperança, ensaia passos ousados e modernos, inserindo-se como emergente de peso que, salvo configurações muito adversas, deverá se afirmar como nação relevante e participativa, compondo, em meio a uma dezena de outras, mais a China e os EUA, a nova face do poder mundial, em processo de fixação de contornos.

A tendência do bloco é consolidar, horizontalmente, modelar sociedade pós-moderna que, independentemente de seus limites geográficos finais, aportará interessantes contribuições ao mundo. A do país é talhar a imagem de uma potência que – assim como a Índia sob Nehru era considerada pela União Soviética um parceiro não capitalista, porém tampouco comunista – se pretende um capitalismo distinto, fortemente social e estatal, não agressivo internacionalmente, e fruto de uma sociedade diversificada, aberta a construções com todos os povos e credos.

Em sendo bem sucedidos, os dois projetos terão muito que trocar a longo prazo. A questão é o que fazer até lá, especialmente no difícil momento atual.

Propusemos aqui, basicamente, o aprofundamento dos intercâmbios com países seletos do bloco, sem descuidar da dimensão comunitária. Nesta, como no caso do Acordo Mercosul-União Europeia, os objetivos devem ser modestos, visando realizações concretas, sedimentando passos mais ambiciosos.

Se dois ou três dos caminhos sugeridos forem seriamente trilhados, já estaremos preservando uma relação que, além de valiosa, continua a prometer mais, em futuro que se deseja próximo.

RENATO G. FLÔRES JR é professor da EPGE (Escola de Pós-Graduação em Economia), Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, e Presidente do Conselho de Administração do Programa PEP – *Partnership for Economic Policy*, Québec.



REFERÊNCIAS

- Calfat, G. and R. G. Flôres Jr. 2006. The EU-Mercosul free trade agreement: quantifying the mutual gains. *Journal of Common Market Studies*, vol. 44, n. 5; 921-45.
- Flôres, R. G., Jr. 2004. Lecciones de la Unión Europea para el Mercosur. *Archivos del Presente*, n° 34. Buenos Aires.
- Flôres, R. G., Jr. 2009. Which future for the European Union ? in P. Canelas de Castro, ed., *The European Union at 50: Assessing the Past, Looking Ahead – Proceedings of the JeanMonnet Conference held in Macau, May 2008*. Macau: University of Macau.
- Flôres, R. G., Jr. 2010. Blocos regionais, democracia e conflito, in J. P. S. Alsina Jr., N. de A. Jobim e S. W. Etchegoyen, orgs., *Segurança Internacional: Perspectivas Brasileiras*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Flôres, R. G., Jr. 2011a. Percepções brasileiras acerca das relações com a Europa, in P. Fischer-Bollin, ed. responsável, *Desafios para a Construção de uma Agenda Comum entre Brasil e Europa*. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer Stiftung.
- Flôres, R. G., Jr. 2011b. *While the Crisis Proceeds: A World Redistribution of Economic Power ? Working Paper n° 558, September, FEUNL*. Lisbon: Universidade Nova de Lisboa.
- Flôres, R. G., Jr. e M. Marconini, eds. 2003. *Acordo União Europeia-Mercosul: Além da Agricultura*. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer Stiftung.
- Grimm, T. 1960. *Erziehung und Politik in Konfuzianischen China der Ming-Zeit*. Wiesbaden.
- Porto, M. C. L. e R. G. Flôres Jr. 2006. *Teoria e Políticas de Integração na União Europeia e no Mercosul*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Wiethof, B. 1971. *Grundzüge der Älteren Chinesischen Geschichte*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft.